

Capítulo 7

Panorama da cadeia de valor nos estados da Amazônia Legal

*Julianna Fernandes Marocco; Lúcia Helena de Oliveira Wadt;
Janaína Deane de Abreu Sá Diniz*

Introdução

A cadeia de produção de um determinado produto consiste no conjunto de etapas consecutivas que ele percorre desde sua origem até a sua colocação no mercado. No entanto, quando se trata de produtos da sociobiodiversidade, que envolvem comunidades e povos indígenas e tradicionais, além de renda, essas cadeias produtivas envolvem outros valores que são, muitas vezes, de difícil mensuração ou até mesmo intangíveis, como a manutenção de práticas e saberes tradicionais e a melhoria da qualidade de vida e do ambiente em que essas populações vivem. Uma vez que envolvem modos de vida próprios que precisam ser levados em consideração pelos diferentes elos e atores de toda a cadeia, essas cadeias produtivas de produtos da sociobiodiversidade vêm sendo chamadas de cadeias de valor (Springer-Heinze, 2018), um conceito relativamente recente, ainda pouco incorporado pelos diferentes atores e contextos, adotado neste capítulo como base metodológica de análise da cadeia da castanha-da-amazônia.

Embora as cadeias de valor sejam orientadas para o mercado, sendo o potencial de participação dos produtos definido pela demanda do consumidor e o mercado final posicionado como sendo o objetivo comum de todos os elos, o desenvolvimento dessas cadeias depende do estabelecimento de relações de ganha-ganha. Isso requer colaboração, por meio de pactuações transparentes entre os envolvidos, e tomadas de decisões mútuas sobre como vincular a produção aos mercados, com o compartilhamento de riscos e benefícios (Will, 2008).

Propiciar esse ambiente equilibrado entre os atores de uma cadeia de valor é um grande desafio que exige interesse, coordenação e diálogo constante entre os seus operadores (Tabela 1), além de um alinhamento das necessidades e interesses

de todos (Barbanti Junior, 2010). Em se tratando da castanha-da-amazônia, que apresenta produção e mercado volúveis e relações históricas injustas, desenvolver essa cadeia de valor parece ser algo ainda mais complexo. Entretanto, quando se pensa na sustentabilidade da sua cadeia e na necessidade de se construir estruturas que facilitem o fluxo eficaz e eficiente de bens, pagamentos e serviços, a abordagem da cadeia de valor parece ser o melhor caminho a ser trilhado.

Tabela 1. Descrição dos tipos de atores em uma cadeia de valor.

Tipo de ator	Descrição
Fornecedores de insumos	Aqueles que ofertam todo e qualquer tipo de material utilizado na prestação de um serviço ou na produção de um produto. Podem ser naturais, do trabalho ou de capital.
Operadores	Donos e beneficiadores dos produtos.
Prestadores de serviços e organismos de cooperação	Prestam serviços de capacitação, assistência técnica e financeira, acompanham processos e colaboram na busca de parceiros. Podem ser entidades públicas, privadas e do terceiro setor.
Instituições reguladoras	Responsáveis pelo cumprimento de regras, leis, normas e procedimentos e pelo recolhimento de taxas e impostos para o funcionamento da cadeia.

Fonte: adaptado de Springer-Heinze (2018).

Para se promover ou fortalecer uma cadeia de valor, independentemente da estratégia metodológica adotada, o primeiro passo é identificar suas principais características e os atores envolvidos. Somente, a partir daí, é possível fazer uma análise da cadeia que possa subsidiar a construção de uma visão conjunta dos envolvidos e a definição de estratégias de melhoria. Sendo assim, no intuito de contribuir com propostas para a cadeia de valor da castanha-da-amazônia, este capítulo apresenta um panorama geral da estrutura e dos atores dessa cadeia nos estados produtores, com base em dados dos anos de 2015 a 2020. Importante reforçar que um mapeamento de atores como este é apenas uma fotografia de determinado momento em que a cadeia de valor se encontra. As relações e a inclusão ou exclusão de atores é algo dinâmico, e, portanto, esse mapeamento deve ser constantemente revisado, refinado e readequado.

Esse panorama geral se baseia em interpretações dos resultados não publicados do projeto MapCast⁵⁰ complementados com os do Desafio Conexsus⁵¹, ambas iniciativas que realizaram entrevistas com os principais atores e utilizaram informações vinculadas ao elo produtivo. Como existem grandes lacunas de informações relacionadas aos prestadores de serviço, instituições reguladoras e organismos de cooperação, estes foram apenas citados e um detalhamento maior foi dado aos operadores da cadeia. É possível que uma parte dos operadores atuantes na cadeia da castanha não tenha sido registrada no presente estudo, mas como se utilizou do método bola de neve⁵² como base de coleta de dados, pode-se afirmar que o estudo apresenta os principais operadores da cadeia no período 2015 a 2020.

Para além de um mapeamento de atores, são apresentadas aqui algumas informações específicas, como principais áreas de coleta, volumes e valores da produção, preços da castanha com casca *in natura* e canais de comercialização. Como foco principal e escolha metodológica deste estudo, procurou-se mapear e detalhar os operadores mais organizados e os locais onde as relações pessoais e comerciais eram coletivas e mais articuladas, não sendo dada a ênfase merecida a alguns atores também importantes nessa cadeia, como os produtores individuais, os intermediários da comercialização da castanha (atravessadores) e os fornecedores de insumos.

Mapeamento de Atores

Operadores da cadeia da castanha

Antes de apresentar os atores, é importante mostrar quais foram os principais elos identificados na cadeia da castanha-da-amazônia: produção, comercialização

⁵⁰ Projeto MapCast - Mapeamento de castanhais nativos e caracterização socioambiental e econômica de sistemas de produção da castanha-do-brasil na Amazônia: realizado entre os anos 2014 e 2015, integra o Arranjo de Projetos da Embrapa intitulado “Tecnologias para o fortalecimento da cadeia de valor da castanha-do-brasil – TechCast”, cujo objetivo era trabalhar aspectos ligados à conservação, manejo, comunicação e oportunidades de mercado, visando à melhoria na eficiência produtiva da castanha e o desenvolvimento social e econômico da Amazônia.

⁵¹ Desafio Conexsus: iniciativa lançada em 2018 pelo Instituto Conexões Sustentáveis com o objetivo de mapear, diagnosticar gargalos e selecionar organizações que atuem em cadeias de valor e que tenham potencial para crescer em escala. Os resultados do desafio podem ser acessados em: <https://desafioconexsus.org>.

⁵² Bola de neve é um método de amostragem utilizado especialmente em pesquisas qualitativas quando se tem populações de baixa incidência e indivíduos de difícil acesso por parte do pesquisador. Consiste em colher informações de um informante que indica outros informantes e assim sucessivamente, sendo que a amostragem termina quando já não existem novos informantes indicados (Vogt, 1999).

da castanha com casca *in natura*, beneficiamento⁵³, comercialização da amêndoa, transformação⁵⁴ e consumo (Figura 1). Claro que essa não é uma estrutura rígida e única. Em alguns casos, por exemplo, os próprios produtores fazem algum tipo de beneficiamento e, até mesmo, a transformação do produto; e no mesmo local do beneficiamento também pode ser feito algum tipo de transformação, podendo o produto transformado vir a ser processado novamente em outras indústrias. Além disso, no caso da comercialização *in natura*, é bom lembrar que, comumente, o produto passa ainda pela mão de muitos intermediários até chegar na usina beneficiadora. De qualquer maneira, a definição desses como sendo os principais elos dessa cadeia é um entendimento geral, que ajuda a traçar um panorama de quais as etapas que a castanha passa até que chegue aos consumidores.

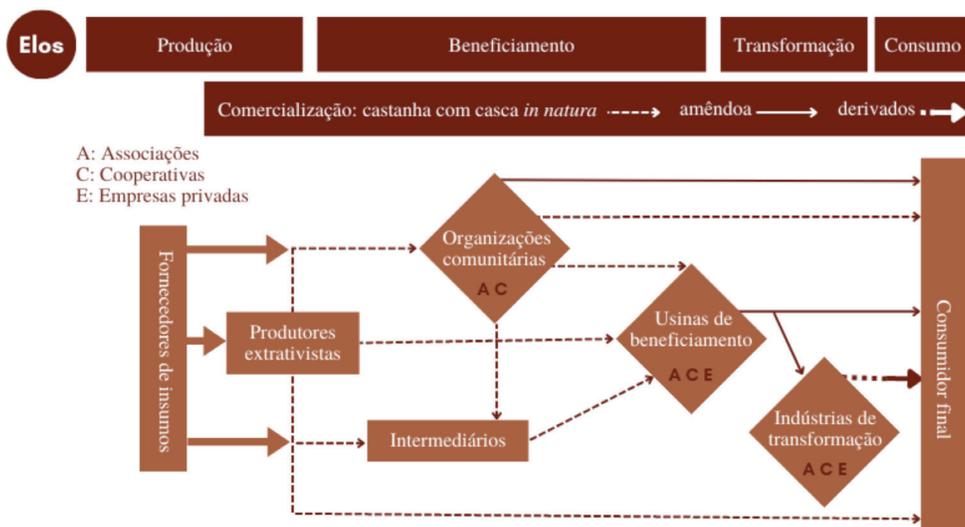


Figura 1. Fluxograma geral da cadeia de valor da castanha-da-amazônia com seus principais elos, operadores e produtos.

Fonte: Adaptado de Bayma (2014)

⁵³ Beneficiamento: processo que envolve a quebra da casca e obtenção da amêndoa, podendo ser feito de forma manual ou industrial.

⁵⁴ Transformação ou processamento: processo em que a amêndoa é utilizada para a obtenção de outros produtos industrializados ou derivados da castanha, como óleos, pães, cosméticos, etc.

Em relação aos operadores da cadeia, ou seja, produtores e beneficiadores de castanha, foram identificadas 156 organizações atuantes nos sete estados produtores durante os anos de 2015-2020 (Anexo 1). Quase 60% eram associações de base comunitária; 24,4% representavam cooperativas; e 17,3% empresas privadas⁵⁵ (Tabela 2). Nenhuma cooperativa foi encontrada atuando na cadeia da castanha em Roraima, assim como nenhuma empresa privada foi identificada neste e no estado do Amapá.

Tabela 2. Quantidade de operadores da cadeia produtiva da castanha-da-amazônia, entre os anos de 2015 e 2020, nos respectivos estados produtores.

Estado	Associação	Cooperativa	Empresa privada	Total
Acre	6	2	6	15
Amapá	9	8	-	17
Amazonas	21	6	7	34
Mato Grosso	18	6	5	29
Pará	16	5	7	28
Rondônia	17	11	2	30
Roraima	4	-	-	4
Total	91	38	27	156

Em relação às organizações de base comunitária, algumas informações são interessantes de serem elucidadas. Das associações mapeadas, apenas quatro (4,4%) foram formadas especificamente para trabalhar com a castanha – duas em Mato Grosso, uma no Amazonas e outra em Rondônia; de modo geral, as demais foram criadas para representar produtores de regiões geográficas específicas. No que diz respeito ao tipo de produtor representado por essas associações, enquanto algumas representavam produtores do município ou de Projetos de Assentamento (5; 5,6%), a maior parte das associações (53; 58,2%) eram organizações agroextrativistas que representavam comunidades e povos tradicionais – mais especificamente, 28 (30,8%) representavam povos indígenas,

⁵⁵ Existem empresas que trabalham com a castanha fora dos estados produtores, mas esse estudo focou em mapear atores/operadores nos estados produtores. Para mais informações sobre empresas privadas beneficiadoras de castanha em outros estados, acessar o Cadastro Geral de Classificação (CGC/MAPA): <https://indicadores.agricultura.gov.br/qualidadevegetal/index.htm>

23 (25,3%) representavam moradores de Unidades de Conservação e duas (2,2%) quilombolas. Em todos os estados havia associações representadas por comunidades e povos tradicionais e, com exceção de Roraima, que tinha apenas associações indígenas, todos os demais estados tinham associações de moradores de UCs que trabalhavam com castanha. Mato Grosso se destacou por apresentar 10 (35,7%) das associações indígenas mapeadas, e as organizações quilombolas, por sua vez, tiveram representatividade apenas na cadeia da castanha no Pará e em Rondônia.

Embora se saiba que as mulheres participam direta e indiretamente da cadeia da castanha e que muitas dessas associações comunitárias também podem representar mulheres produtoras de castanha, uma análise de gênero mostrou que apenas em oito (8,8%) das associações mapeadas era explícita a participação de mulheres na própria razão social dessas instituições – quatro delas eram exclusivas de mulheres. Amapá foi o estado que se destacou nesse quesito, com três associações específicas de mulheres e uma mista. Os demais estados que destacavam a participação de mulheres no próprio nome da associação foram Amazonas, Mato Grosso e Pará.

De modo geral, as associações mapeadas tinham um papel mais de representação jurídica dos produtores, com ações na cadeia de valor da castanha voltadas à mobilização comunitária para planejamento da coleta e da venda desse produto, em alguns casos, chegavam a proporcionar o acesso a políticas públicas de comercialização, especialmente ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Entretanto, em se tratando de uma participação mais direta no mercado, 30 (33,0%) realizavam algum processo de agregação de valor, sendo que 28 (30,8%) associações chegavam a beneficiar artesanalmente a castanha e vender suas amêndoas no mercado local, e apenas duas (2,2%) delas comercializavam castanha *dry*⁵⁶ (Tabela 3). Um caso particular foi encontrado no Amazonas, onde uma associação, que vem se destacando e desenvolvendo um grande trabalho de articulação no estado, estava comprando castanha de municípios vizinhos para beneficiar e vender amêndoas com marca própria no mercado nacional.

⁵⁶ Castanha *dry*: é a castanha ainda com casca que passa por um processo de secagem e polimento da casca, reduzindo sua umidade entre 11 e 15%.

Tabela 3. Quantitativo de associações comunitárias e cooperativas que realizavam beneficiamento (B) e transformação (T) da castanha-da-amazônia nos estados da Amazônia Legal entre os anos de 2015 e 2020. Importante destacar que um mesmo empreendimento pode beneficiar e transformar esse produto.

Estado	Associação			Cooperativa			Empresa privada			Total
	B	T	Total	B	T	Total	B	T	Total	
Acre	2	1	2	1	-	1	5	2	6	9
Amapá	1	-	1	5	1	5	-	-	-	6
Amazonas	6	2	6	5	1	5	7	1	7	18
Mato Grosso	6	2	6	6	6	5	5	2	5	17
Pará	11	2	11	5	2	5	7	1	7	23
Rondônia	3	-	3	2	-	3	2	1	2	7
Roraima	1	1	1	-	-	-	-	-	-	1
Total	30	8	30	24	10	24	26	7	27	81

Em se tratando das cooperativas mapeadas, mais especificamente do seu perfil, 34 (89%) dessas que trabalhavam com castanha foram formadas para representar produtores de alguma região geográfica específica (estado, município, calha de rio, etc.), e a maior parte delas (22; 57,9%) foi criada para a comercialização de produtos agroextrativistas em geral; nesse sentido, destaca-se em Rondônia a existência de uma cooperativa formada por integrantes de um projeto em particular. No caso das cooperativas, a representação específica de povos e comunidades tradicionais foi pequena (7,9%), havendo apenas duas cooperativas indígenas (uma no Pará e outra em Rondônia) e uma cooperativa de produtores de Unidade de Conservação em Mato Grosso. Sobre a representatividade de gênero, sabe-se que as mulheres participam na maioria das atividades de beneficiamento, principalmente como quebradeiras⁵⁷ de castanha; no entanto, apenas duas (5,3%) cooperativas destacavam em seu nome a participação de mulheres no trabalho – uma no Amapá e outra no Pará.

⁵⁷ Quebradeiras de castanha é o nome dado àquelas mulheres que atuam mais especificamente na quebra manual da castanha *in natura*, ou seja, na retirada de sua casca.

Em relação à atuação das cooperativas, praticamente todas revendem castanha *in natura*, especialmente para usinas⁵⁸ beneficiadoras próximas a sua região. Além da revenda, a maioria dessas cooperativas (24; 63,2%) também beneficiava a castanha e 10 delas (26,3%) transformavam a castanha em outros produtos, em sua maioria óleo, e do resíduo da extração do óleo, algumas ainda produziam farinha e, desta, biscoitos de castanha. De modo geral, essas cooperativas vendiam as amêndoas no mercado local e regional, e os demais produtos derivados dessas amêndoas eram comercializados no mercado nacional, com exceção de uma cooperativa em Mato Grosso que chegava a exportar suas amêndoas e ainda possuía diferenciação de seus produtos por meio da certificação orgânica.

Sobre as empresas privadas, todas foram criadas para atuar no ramo da castanha. Um pouco mais da metade da quantidade mapeada (14; 51,9%) eram empresas do Amazonas e do Pará, e muitas delas atuam no beneficiamento e exportação de amêndoas desde o segundo ciclo da borracha (1942-1945), com uma rede comercial estruturada desde então. O Acre também se destacou em termos de empreendimentos privados com foco na castanha, tendo, além da maior e mais estruturada cooperativa, outras cinco empresas já antigas e uma mais recente no ramo. Diferentemente desses três estados, o negócio privado da castanha em Mato Grosso e em Rondônia, que juntos representaram um pouco mais de 25% das empresas privadas mapeadas, é mais recente e vem aumentando; porém, se apresentou bem-organizado e formalizado.

Com exceção de duas empresas privadas acreanas que atuavam exclusivamente transformando amêndoas em óleos, biscoitos e derivados, todas as demais (25; 92,6%) tinham como foco principal o beneficiamento da castanha em amêndoas desidratadas, comercializadas tanto para o mercado nacional como para exportação, a depender da demanda de cada mercado. Destas, oito (29,6% do total de empresas) também realizavam algum tipo de transformação da castanha e tinham o mercado local e o nacional como destino desses produtos derivados.

Ao comparar os empreendimentos comunitários e privados atuantes na cadeia de valor, muito embora se saiba que existem distinções entre elas e que a capacidade produtiva e comercial das empresas privadas é bem maior, em termos de número de empreendimentos, foram encontradas mais cooperativas que empresas privadas trabalhando na cadeia da castanha na Amazônia brasileira. No entanto,

⁵⁸ Usinas: nome dado aos empreendimentos que beneficiam a castanha, que podem ser privados ou comunitários.

essa quantidade foi similar quando se trata de cooperativas beneficiadoras de castanha (Tabela 3). Das organizações mapeadas que beneficiavam a castanha e possuíam alguma certificação, três (12,5%) cooperativas e oito empresas privadas (32%) apresentavam certificação orgânica de suas amêndoas. Vale destacar que, provavelmente devido às exigências do mercado de exportação, todas essas oito empresas tinham, além do selo orgânico, outras certificações exigidas pelos países europeus, árabes e islâmicos, reforçando que, além de abastecer o mercado nacional, também participavam da exportação de amêndoas para diferentes países.

Prestadores de serviços, instituições reguladoras e organismos de cooperação

Em relação aos demais tipos de atores, cada qual tem seu perfil e papel dentro da cadeia (Anexo 2). Sobre os prestadores de serviço e organismos de cooperação, em todos os estados, havia, em maior ou menor grau, a presença do governo na cadeia da castanha. Com exceção de Roraima, onde os governos municipal e estadual não foram citados, nos demais estados foi identificado o envolvimento das três esferas de poder como prestadoras de serviço dessa cadeia durante os anos de 2015 e 2020. Algumas organizações do governo federal foram citadas em quatro ou mais estados, como: Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Fundação Nacional do Índio (Funai), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). A presença ampliada dessas organizações indica a importância das políticas públicas de apoio à comercialização operacionalizadas pela Conab e do fortalecimento organizacional promovido pelo Sebrae, além da importância dos povos e das comunidades indígenas e tradicionais na cadeia da castanha. Quanto à pesquisa, além da Embrapa, vale destacar que as universidades também foram mencionadas como presentes nessa cadeia de valor em diversos estados, exceto no Amapá e em Roraima.

O terceiro setor apresentou forte presença em termos de quantidade de organizações envolvidas – 37 organizações não-governamentais (ONGs) e 31 organizações de classe ou comunitárias, enfatizando a importância delas na estruturação da cadeia de valor da castanha. Embora a maior parte delas tenha atuações mais locais e específicas, algumas mostraram ter peso em diferentes regiões, como foi o caso do Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola

– Imaflora, citado em cinco estados, possivelmente por ter concebido e por administrar a rede Origens Brasil®⁵⁹.

Algumas empresas privadas também foram referenciadas como atuantes na cadeia da castanha, especialmente pelo apoio a projetos mediante suas Fundações, mas também por meio de ações de incentivo à construção de canais de comercialização mais curtos e justos. Vale destacar que outros atores importantes, que financiaram e acompanharam projetos durante o período em questão (2015 a 2020), foram os organismos de cooperação representados por organizações de governos internacionais da Alemanha, Canadá, Estados Unidos, Itália e Noruega.

Poucas informações foram levantadas a respeito das organizações responsáveis pela regulação da cadeia da castanha. Algumas delas foram citadas por cuidar de questões relacionadas a crimes ambientais, especialmente desmatamento e queimadas, como foi o caso dos Ministérios Públicos (federal e municipais), do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA) e do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM). Outras, pelo fato de serem responsáveis pelo controle da qualidade de alimentos, como Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e a Agência de Defesa e Inspeção Agropecuária do Estado do Amapá (Diagro/AP). Um estudo mais aprofundado deveria ser feito no intuito de verificar e possibilitar o envolvimento e a atuação desses atores na estruturação da cadeia de valor da castanha.

Origem da castanha comercializada

Em todos os estados, as Áreas Protegidas se destacam como importantes centros de origem da produção organizada de castanha-da-amazônia (Tabela 4). Isso provavelmente se deve ao fato de as Unidades de Conservação e Terras Indígenas serem notáveis reservas de floresta nativa que, em determinadas regiões, chegam a ser os únicos remanescentes florestais do local. Para além disso, por serem áreas que demandam gestão pública e certa organização comunitária, orientadas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei nº 9.985/2000) ou pela Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (Decreto nº 7.747/2012) as atividades e os produtos oriundos desses territórios tendem a ter maior visibilidade e, possivelmente por isso, a produção de castanha dessas áreas acaba se destacando em relação a outras áreas.

⁵⁹ Origens Brasil® é uma rede que promove negócios sustentáveis na Amazônia em áreas prioritárias de conservação, com garantia de origem, transparência e rastreabilidade da cadeia produtiva, além de comércio ético. Mais informações podem ser obtidas no seguinte endereço: <https://www.origensbrasil.org.br>.

Tabela 4. Unidades territoriais mapeadas como centros de origem da castanha-da-amazônia comercializada entre os anos de 2015 e 2020.

Estado	Projeto de Assentamento	Terra Indígena	Território Quilombola	Unidade de Conservação	Total
Acre	9			2	11
Amapá	1			2	3
Amazonas		12		15	27
Mato Grosso	2	15		1	18
Pará	13	13	5	11	42
Rondônia		15	2	24	41
Roraima		4			4
Total	25	59	7	55	147

Fonte: Projeto MapCast.

Outros locais de significativa importância na produção de castanha também foram as áreas de florestas dentro de Projetos de Assentamento e em propriedades privadas (próprias e de terceiros) – esta última foi mais comumente mencionada no estado em Mato Grosso. Ao todo foram citadas 59 Terras Indígenas (sendo dois Parques Indígenas), 55 Unidades de Conservação, sete Territórios Quilombolas, 25 Projetos de Assentamento (Anexo 3) e diversas propriedades particulares, de modo que não foi possível fazer o reconhecimento e registro destas últimas.

Analisando a origem das castanhas em termos de tipo de produção, com exceção de um plantio em uma fazenda no Amazonas e de quintais próximos às casas dos coletores, toda coleta da castanha registrada neste estudo foi oriunda do extrativismo, e este, de longe, foi a principal forma de produção de castanha para os demais elos da cadeia de valor. Assim, como herança familiar e cultural, os principais coletores da castanha são populações indígenas e tradicionais amazônicas, embora existam também outros produtores familiares que de alguma maneira se sentem motivados a trabalhar com a coleta da castanha em florestas naturais.

Produção de castanha

Embora se saiba que os povos da Amazônia se caracterizam pela pluriatividade de seu trabalho (Soares et al., 2018) e que o extrativismo da castanha é apenas uma

de suas fontes geradoras de renda, em diversos locais estudados, especialmente em localidades dos estados de Mato Grosso e de Rondônia, a castanha era considerada a principal fonte de renda das famílias ao longo de todo o ano. Em alguns casos, era até mesmo a única fonte de renda dessas pessoas.

Em se tratando do tempo dedicado à coleta da castanha por essas famílias produtoras, essa é uma informação difícil de ser obtida e depende muito da realidade de cada local e de cada safra. O que foi identificado é que geralmente a safra pode durar de 3 a 7 meses (Tabela 5) e isso varia de acordo com a região de coleta, a produção e os preços praticados na safra (quanto maiores os preços pagos pela castanha *in natura*, maior o estímulo de coleta em áreas remotas), bem como a forma de coleta (se a coleta é feita durante toda a safra ou somente após caírem todos os frutos). Existe um adendo importante a ser feito a respeito desse aspecto: aqueles coletores mais informados e organizados, que realizam as boas práticas de manejo, dedicam ainda mais tempo ao trabalho com a castanha - e isso não necessariamente reflete melhores preços de venda. Antes da safra fazem a limpeza dos caminhos e dos castanhais e, depois, trabalham com os cuidados de seleção, secagem, armazenamento e transporte até o momento de venda.

Tabela 5. Meses de safra da castanha-da-amazônia nos diferentes estados produtores.

Estado	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.
Acre		x	x	x								
Amapá				x	x	x	x	x	x			
Amazonas	x	x	x	x	x	x						
Mato Grosso	x	x	x	x	x	x	x					
Pará (Norte)				x	x	x	x	x	x	x		
Pará (Sul)		x	x	x	x	x						
Rondônia	x	x	x	x	x	x						
Roraima					x	x	x	x	x	x	x	

Fonte: Projeto MapCast.

Neste estudo, não foi possível fazer uma análise da produção de castanha-da-amazônia com dados base (MapCast e Conexus) pela dificuldade em obter

informações confiáveis e estruturadas da real produção nos estados. Sendo assim, para uma breve análise comparativa da produção de castanha nos estados mapeados, foram utilizados os dados oficiais do IBGE (IBGE, 2023).

Em termos de volume de produção, os estados do Acre e do Amazonas vinham alternando como maiores produtores brasileiros de castanha_da_amazônia desde o início da década de 2000 até 2015, quando o Amazonas se fixou como maior produtor nacional, seguido do Acre e do Pará. Rondônia, que chegou a produzir 6.508 t em 2020, vêm tendo queda e revezando no ranking de quarto e quinto lugar com seu vizinho, o estado de Mato Grosso, que, por sua vez, tem aumentado sua produção ao longo dos anos.

Um caso curioso é o estado de Roraima que, com um território produtor de castanha menor que a maioria dos outros estados, chegou a desaparecer dos dados oficiais de produção de castanha entre os anos de 1991 e 1998 e apresentar uma produção menor que 100 toneladas até 2008, mas é um estado que vem apresentando um aumento importante em sua produção desde 2018. Com a estruturação da cadeia de valor da castanha nos outros estados e com a queda na produção ao longo dos anos, o Amapá vem se configurando como último estado desse ranking (Figura 2).

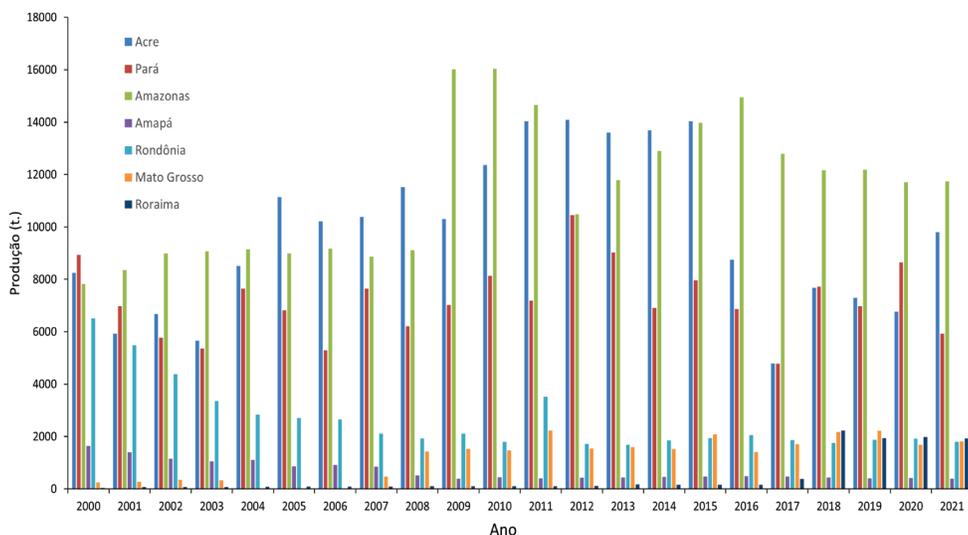


Figura 2. Produção de castanha-da-amazônia (com casca), nos principais estados produtores, de 2000 a 2021, em toneladas.

Fonte: Adaptado de IBGE (2023).

Preços da castanha *in natura*

Uma característica da cadeia de valor da castanha-da-amazônia é a constante variação dos preços a cada safra e até mesmo ao longo de uma mesma safra. As causas dessas flutuações são pouco estudadas, mas é possível pontuar alguns fatores, entre eles a variação natural da produção dessa espécie em cada safra, as dificuldades de acesso aos locais de coleta para aquisição da matéria prima, os estoques mantidos pelas empresas, as taxas e os tributos relacionados à comercialização do produto e a clássica questão econômica da lei da oferta e da demanda do produto, uma vez que não existe formação de estoque por parte dos produtores nem previsão de safra. Por ser uma cadeia formada por muitos intermediários, quem acaba sofrendo as maiores flutuações são aqueles que estão nos estágios iniciais da cadeia – os produtores.

Até poucos anos atrás, a única informação sobre preço de castanha eram os dados do IBGE, divulgados nos censos agropecuários anuais, depois das safras, e pouca relação tinha com os preços praticados diretamente nas negociações realizadas pelos coletores. No intuito de preencher essa lacuna de informação, em 2008, a CONAB também passou a monitorar e publicar os preços praticados para a compra da castanha *in natura*. Para ir além e possibilitar que os próprios coletores tivessem acesso às informações de preço em diferentes localidades produtoras de castanha, duas importantes iniciativas foram criadas. Uma delas foi o Boletim da Sociobiodiversidade⁶⁰ da CONAB, que, desde 2017, a partir de informantes-chave, publica o preço pago pela castanha *in natura* em diferentes territórios. Uma observação a este boletim é que ele ainda é muito pouco difundido entre os coletores e é publicado trimestralmente. Desse modo, como os preços mudam rapidamente ao longo da safra, também não funciona como fonte de informação estratégica para o coletor balizar o preço de venda de sua produção. Além disso, ainda não constam nesses boletins as informações de preços da castanha em Mato Grosso e, como se refere apenas aos preços de novembro a junho, desconsidera os principais meses de safra da castanha oriunda de Roraima.

⁶⁰ A Conab apresenta de forma sistematizada os estudos de conjunturas de mercado dos produtos inseridos na pauta da PGPM-Bio em boletins trimestrais que podem ser acessados neste link: <https://www.conab.gov.br/info-agro/analises-do-mercado-agropecuario-e-extrativista/boletim-da-sociobiodiversidade> .

Outra iniciativa que vem articulando os coletores para a troca de informações sobre a castanha é o Coletivo da Castanha⁶¹. O grupo foi formado a partir de um encontro entre extrativistas, realizado em 2017 e promovido pelo projeto Bem Diverso (Embrapa e GEF/PNUD), em que a escassa disponibilidade e troca de informações sobre preço e mercado entre os extrativistas foram consideradas como alguns dos maiores gargalos na cadeia. Desde então, da safra de 2018 em diante, esse grupo monitora, em tempo real, o compartilhamento de informações sobre preços da castanha *in natura* pagos ao produtor. A partir desse monitoramento, vêm sendo elaborado boletins e áudios informativos do Coletivo da Castanha que, mensalmente durante as safras, apresentam e analisam os preços pagos aos extrativistas pela castanha *in natura*, em diferentes regiões nos sete estados produtores de castanha. A ideia é que, além de simplesmente levar a informação aos extrativistas, esse material possa ser usado para tomar decisões mais certeiras na hora da negociação dos preços da castanha pelos extrativistas e, futuramente, possa auxiliar em previsões de safras.

A partir das informações dos boletins do Coletivo da Castanha e da CONAB, foi possível observar o comportamento dos preços nas últimas safras da castanha (Figura 3). Nota-se que os dados do Boletim da CONAB estão um pouco superiores, mas bem próximos daqueles informados pelos próprios extrativistas do Coletivo da Castanha, indicando que esses dados oficiais do governo têm representado a realidade dos preços pagos à base produtiva da castanha.

A conhecida flutuação de preços entre safras também pode ser visualizada nos dados em análise (Figura 3). Como essa variação dos preços entre as safras da castanha, que é comum nos modos de produção agroextrativistas, afeta consideravelmente todos os operadores da cadeia, é preciso encontrar formas de minimizar os efeitos dessa alta oscilação. Organização social, capital de giro e controle de estoques, além de contratos de longo prazo, estabelecimento de preços mínimos que remunerem adequadamente os extrativistas, estudos que ajudem a compreender melhor os custos e a formação dos preços ao longo da cadeia, bem como a promoção do diálogo entre os atores e elos podem ser formas de estabelecer uma relação de ganha-ganha entre todos.

⁶¹ Coletivo da Castanha: grupo exclusivamente composto por extrativistas e representantes de organizações de apoio à base produtiva. Capitaneado pelo projeto Bem Diverso e, posteriormente, gerido pela equipe do Observatório Castanha-da-amazônia (OCA), o grupo, que foi formado em 2017, contava com 88 integrantes em março de 2020, e havia representação dos sete estados produtivos. Para maiores informações acessar <https://www.observatoriodacastanha.org.br/coletivo-da-castanha>

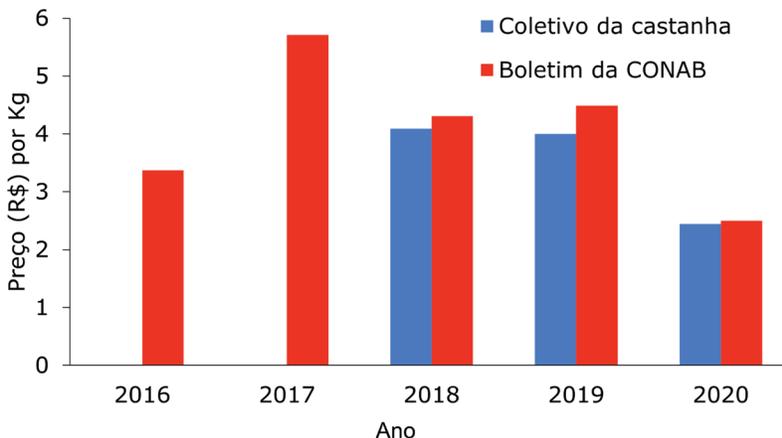


Figura 3. Preço médio da castanha in natura (R\$/kg) pago aos extrativistas entre as safras de 2016 e 2020.

Outra informação importante que vem sendo observada nos registros e boletins do Coletivo da Castanha é a de que, nas regiões em que os extrativistas estão mais informados e organizados, com associações, cooperativas e presença de projetos de apoio, os preços tendem a ser mais elevados e sofrer menores variações ao longo da safra. Além disso, esses extrativistas organizados têm mais oportunidades de negociar diretamente com as empresas beneficiadoras e estabelecer contratos em que são definidos preços mais justos para todos. Isso demonstra que, onde a base está organizada e articulada, os próprios extrativistas participam da definição dos preços que irão receber pela castanha, influenciando até mesmo os preços dos próprios atravessadores da região.

Fluxos de comercialização

Em relação aos fluxos de comercialização, diante da diversidade geográfica, dos diferentes históricos de comercialização e da formação de redes, cada estado e, mais ainda, cada localidade/organização, apresentam um esquema diferenciado de comercialização. De forma bem generalista, de acordo com os dados do projeto MapCast, enquanto as associações apoiam o escoamento primário local da castanha ainda *in natura*, as cooperativas se envolvem tanto com o mercado local como nacional, com castanha *dry*, amêndoas ou simplesmente revendendo castanha *in natura*. Com relação às empresas privadas, todas as 27 mapeadas operam no mercado nacional, principalmente com amêndoas, mas também com

outros produtos derivados, especialmente óleo (alimentício e cosmético), biscoito e farinha; nove delas (33,4%) também atendiam ao mercado externo no período estudado. Vale dizer que uma parte significativa da castanha *in natura* coletada no Brasil vai informalmente para os países vizinhos, principalmente pelas fronteiras dos estados de Rondônia e Acre, onde são beneficiadas para abastecer o mercado internacional.

Outro mercado que vem sendo acessado pelas organizações comunitárias é o das compras públicas. Pelo menos 30% das associações e 20% das cooperativas mapeadas informaram já ter acessado alguma política pública de apoio à comercialização, especialmente o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), na modalidade Formação de Estoque. Em menor escala, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) também foi citado. Essas políticas, embora ainda tenham entraves burocráticos de acesso, se mostraram como importantes instrumentos que possibilitam o estoque e a comercialização da castanha oriunda de organizações comunitárias.

Uma questão interessante a ser colocada aqui se refere à unidade de medida usada para a comercialização da castanha. Diante da dificuldade de mensurar a quantidade de castanha comercializada, historicamente vêm sendo utilizados pelo menos seis tipos de unidades baseadas em volume, com equivalência entre si (lata/latão e balde – 20 litros; caixa – 40 l; saca e hectolitro – 100 l; e barrica – 120 l), e essas medidas ainda são utilizadas em grande parte na Amazônia. Dependendo do histórico de comercialização da castanha e do grau de maturidade das organizações envolvidas, os padrões utilizados para medir a castanha variam. Embora a lata seja citada como a unidade utilizada em todos os sete estados, a barrica, o balde e a saca foram mais comuns em Roraima e Rondônia, e o hectolitro foi mais frequente no Amapá, Amazonas e Pará.

Embora a unidade em volume seja a mais amplamente utilizada nos estados produtores para a venda de castanha *in natura*, a comercialização baseada em peso é a mais adequada, e o quilo é a medida mais indicada por ser uma unidade padronizada. No entanto, algumas pessoas reclamam que a castanha perde umidade com o tempo e a quantidade de produto em peso altera mais quando se utiliza uma unidade baseada em volume; também relatam a preocupação com a precisão das balanças dos compradores. Mesmo assim, ainda que a castanha geralmente passe a ser comercializada em unidade de peso (quilo, tonelada) somente quando sai da indústria, ficou evidente que, nos locais onde a cadeia

está mais fortalecida, a comercialização desde o produtor é realizada com base no quilo – fato frequente em Mato Grosso e em Rondônia. Dessa forma, o uso do quilo como padrão de medida desde a primeira comercialização da castanha pode significar, de alguma maneira: 1. maior organização da cadeia; 2. melhor qualidade do produto; 3. maior valorização da castanha entre os agentes da cadeia e dos canais de comercialização; 4. menores perdas na comercialização do produto.

Considerações Finais

Este estudo apresentou um panorama da cadeia de valor da castanha-da-amazônia nas áreas de ocorrência da castanheira em território nacional, para o período de 2015 a 2020. Dos 156 empreendimentos mapeados, cerca de 83% são de base comunitária, evidenciando a importância dessa cadeia para as comunidades locais da Amazônia, e vice-versa.

Em relação à organização da produção e gestão de cooperativas, Mato Grosso e Rondônia vêm se destacando nos últimos anos, com a presença de diversas associações comunitárias e cooperativas, além do surgimento recente de empresas privadas. No caso de Rondônia, por exemplo, esse estudo mapeou apenas duas empresas privadas, mas, em 2022, a Embrapa e o Sebrae identificaram sete indústrias atuantes no estado. Por outro lado, o Amapá foi o estado que se mostrou menos estruturado nesse quesito de organização dos produtores e da comercialização, mas se destacou ao representar metade das organizações lideradas por mulheres. Já Roraima foi o estado que apresentou 100% das associações organizadas por indígenas, porém sem nenhuma presença de cooperativas ou empresas privadas atuantes na cadeia de valor da castanha, à época.

Em termos de beneficiamento da castanha, Amazonas, Pará e Acre, historicamente seguem com a maior concentração de empresas privadas no ramo do beneficiamento da castanha, e no Acre se encontra a maior e mais estruturada cooperativa de castanha e duas empresas antigas no ramo da produção de biscoito e óleo de castanha. Rondônia vem demonstrando articulação e organização política e privada, estruturando-se para se tornar um dos grandes produtores de castanha, com a criação, em 2020, pelo governo do Estado, de uma Câmara Setorial do Agroextrativismo, onde a cadeia da castanha tem tido prioridade nas ações.

Sobre os centros de origem da produção de castanha, as Áreas Protegidas (Terras Indígenas, Unidades de Conservação), os Territórios Quilombolas e as áreas florestadas de Projetos de Assentamento e propriedades particulares se destacaram como áreas de grande importância na produção organizada de castanha. Porém, elas não se limitam a serem áreas de produção, pois, além de proporcionarem trabalho e geração de renda a milhares de coletores de castanha, têm importância ecológica e prestam serviços ecossistêmicos à sociedade, geralmente difíceis de mensurar.

Em relação ao período da safra da castanha-da-amazônia, considerando os sete estados produtores, identificou-se que há produção durante onze meses do ano (de novembro a setembro), e os meses de fevereiro, março e abril são os de maior sobreposição entre os estados (Tabela 5). O preço da castanha pago ao produtor também varia entre regiões, entre as safras e até mesmo ao longo dos meses da safra, e provavelmente estão relacionadas às variações naturais de produção da espécie (os preços tendem a subir em épocas de menor produção), e aos estoques das safras anteriores nas usinas beneficiadoras. Iniciativas como a do Coletivo da Castanha estão trabalhando para monitorar esses preços e compartilhar essas informações com os produtores, de modo que possam tomar melhores decisões na hora de comercializar, já que nas regiões em que os produtores estão mais informados, organizados e articulados, os preços tendem a ser melhores e sofrer menores variações ao longo da safra.

Em termos de comercialização, a maioria da base produtora comercializava castanha *in natura* (matéria-prima) e apenas 54 (41,9%) organizações comunitárias realizavam algum processo de beneficiamento. Nesse contexto, o beneficiamento da castanha era feito principalmente por empresas privadas, embora nos últimos anos tenha aumentado o número de associações e cooperativas beneficiando a castanha. Além disso, ainda são poucos os empreendimentos na Amazônia que transformam a castanha em outros produtos, como óleo, biscoito, farinha, etc.

O tipo de unidade de medida usado na comercialização da castanha está relacionado à tradição da cadeia nos estados. Onde a atividade é mais antiga, unidades baseadas em volume ainda são as mais utilizadas e parece ser mais difícil introduzir mudanças para o uso do peso como unidade de medida nesses locais. Por outro lado, Mato Grosso e Rondônia, dois estados mais recentemente inseridos no contexto da cadeia, com forte relação com cadeias mais estruturadas do agronegócio, já vêm praticando o quilograma como medida padrão.

No que diz respeito ao fluxo de comercialização, de modo geral, enquanto as associações apoiavam o escoamento primário e local da castanha ainda *in natura*, as cooperativas a revendiam e beneficiavam, comercializando castanha *dry* e amêndoas tanto no mercado local como nacional. Já para as empresas privadas, o forte da maioria era a comercialização de amêndoas no mercado nacional, e um terço delas também atendia ao mercado internacional. Observou-se uma preocupação, especialmente das exportadoras, em certificar a qualidade de seu produto, e todas elas apresentavam, em sua maioria, mais de um selo de garantia da qualidade. Importante reforçar que parte significativa da castanha *in natura* vai para os países vizinhos ainda sem controle fiscal e tributário. Ademais, os mercados institucionais se mostraram importantes alternativas de comercialização para fortalecer e desenvolver as organizações comunitárias; o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), na modalidade Formação de Estoque, vem sendo o mais adequado, e o mais acessado, para a cadeia da castanha.

Apesar de haver grandes diferenças entre estados e atores envolvidos com a cadeia de valor da castanha-da-amazônia, ficou evidente que o terceiro setor, ou seja, as ONGs e a sociedade civil organizada, é o grande prestador de serviço dentro da cadeia, enquanto os apoios públicos ou do setor privado ainda se mostram muito pontuais, necessitando maior articulação e atuação, tanto para planejar e executar melhorias para a cadeia, quanto para aprimorar o monitoramento e a confiabilidade de informações, como volumes de produção, comercialização e preços nos diferentes locais de ocorrência. Para tanto, existe a necessidade de diálogo e coordenação entre esses diferentes atores. Embora em 2020 esse processo tenha sido iniciado com o surgimento do Observatório Castanha-da-Amazônia (OCA), parcerias da sociedade civil com o setor privado ainda são incipientes, por exemplo. A ampliação da participação de organizações locais na cadeia, a formalização das negociações e o encurtamento dela (conexão mais direta do elo produtor com o consumidor) também se mostraram essenciais à estruturação e ao desenvolvimento dessa cadeia.

Referências

BARBANTI JUNIOR, O. **Gestão de conflitos em cadeias de valor da sociobiodiversidade**. Brasília: MMA/GTI, 2010. 72 p.

BAYMA, M. M. A.; MALAVAZI, F. W.; SÁ, C. P. de; FONSECA, F. L. da; ANDRADE, E. P. de; WADT, L. H. de O. Aspectos da cadeia produtiva da castanha-do-brasil no estado do Acre, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Naturais, v. 9, n. 2, p. 417-426, 2014.

IBGE. **Produção da extração vegetal e da silvicultura**: tabela 289: quantidade produzida e valor da produção na extração vegetal, por tipo de produto extrativo. 2023. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/289#resultado>. Acesso em: 20 abr. 2023.

SOARES, K. R.; FEREEIRA, E. E. S.; SEABRA JUNIOR, S.; NEVES, S. M. A. S. Extrativismo e produção de alimentos como estratégia de reprodução de agricultores familiares do Assentamento Seringal, Amazônia Meridional. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 56, n. 4, out./dez. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1234-56781806-94790560406>.

SPRINGER-HEINZE, A. **Value Links 2.0**: manual on sustainable value chain development: value chain analysis, strategy and implementation. Eschborn: Giz, 2018. V.1, 349 p.

VOGT, W. P. **Dictionary of Statistics and Methodology**: a nontechnical guide for the Social Sciences. London: Sage, 1999.

WILL, M. **Promoting value chains of neglected and underutilized species for pro-poor growth and biodiversity conservation**: guidelines and good practices. Rome, Italy: Global Facilitation Unit for Underutilized Species, 2008. 109 p.

Anexo 1. Principais operadores atuantes na cadeia de valor da castanha-da-amazônia durante os anos de 2015-2020.

Estado	Natureza jurídica	Mesorregião	Razão social	Sigla
Acre	Associação		Associação Cazumbá	CAZUMBÁ
			Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes em Assis Brasil	AMOPREAB
			Associação dos Moradores e Produtores da Resex Extrativista Chico Mendes em Xapuri	AMOPREX
			Associação dos Moradores e Produtores do Projeto de Assentamento Agroextrativista Chico Mendes	AMPPAE-CM
	Cooperativa	Vale do Acre	Associação dos Seringueiros do Seringal Cazumbá	ASSC
			Associação Wilson Pinheiro	WILSON PINHEIRO
			Cooperativa Agroextrativista Dos Produtores Rurais do Vale do Rio Iaco	COOPERIACO
			Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Acre	COOPERACRE
			Beija Flor Nuts Importação e Exportação Ltda.	BEIJA-FLOR
			Calixto Foods Comércio, Importação e Exportação Ltda.	CALIXTO FOODS
Empresa Privada		Casa da Castanha Importação e Exportação Ltda.	CASA DA CASTANHA	
		Miragina S.A. Indústria e Comércio	MIRAGINA	
		Óleos da Amazônia	OLAM	
		Super Alimentos da Amazônia Importação e Exportação Ltda.	SUPERALIMENTOS	
Amazonas	Associação		Associação dos Agricultores da Margem Esquerda do Baixo Rio Negro	REDE TUCUMÁ DO RIO NEGRO
			Associação dos Agropecuários de Beruri	ASSOAB
			Associação dos Povos Indígenas Tikunas do Paraná do Dururuá	APITPAD
			Associação dos Produtores de Açai e Juçara	APAJ
			Associação dos Produtores e Agroextrativistas da Flona Tefé e Entorno	APAFE
	Cooperativa		Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Artesão e da Agricultura Familiar do Baixo Arari	ASTA-RIO ARARI
			Conselho Geral do Povo Hexkaryana	CGPH
			Associação de Moradores do Rio Unini	AMORU
			Associação Indígena da Bacia do Içana	OIBI

Continua...

Anexo 1. Continuação.

Estado	Natureza Jurídica	Mesorregião	Razão social	Sigla
Amazonas	Associação	Sudoeste Amazonsense	Associação Agroextrativista de Auaiti-Paraná	AAPA
			Associação dos Moradores e Usuários da Reserva de Mamirauá Antônio Martins, Associação dos Produtores e Beneficiadores de Castanha do Município de Amatufá	AMURMAM APROCAM
		Sul Amazonense	Associação de Moradores Agroextrativista da Comunidade de Boa Esperança	AMABES
			Associação de Moradores Agroextrativistas do Lago do Capanã Grande	AMALCG
			Associação dos Moradores Agroextrativistas da Resex Ituxi	AMARI
			Associação dos Produtores Agroextrativistas da Assembleia de Deus do Rio Ituxi	APADRIT
			Associação dos Produtores e Produtoras Rurais Extrativistas da Resex Atrapixi	APREA
			Associação dos Produtores Indígenas da Terra Calititu	APITC
			Associação dos Trabalhadores Agroextrativista do Médio Purus	ATAMP
			Associação Indígena do Povo das Águas	AIPA
	Federação das Comunidades e Organizações Indígenas do Médio Purus	FOCIMP		
	Cooperativa	Norte Amazonense	Cooperativa Mista Agroextrativista do Rio Unini	COOMARU
			Cooperativa Mista Agroextrativista do Xixuáú	COOP XIXUUAU
		Sudoeste Amazonsense	Cooperativa do Beneficiadores de Produtos Agroextrativista de Amaturá	COOBEPAM
			Cooperativa Agroextrativista do Mapiá e Médio Purus	COOPERAR
			Cooperativa Mista do Produtores Agroextrativista do Sardinha	COOPMAS
Cooperativa Verde de Manicoré			COVEMA	
Empresa Privada	Centro Amazonense	Agropecuária Aruanã S.A.	ARUANÁ	
		Cabocla Indústria de Beneficiamento de Produtos da Amazônia Ltda.	CABOCLA	
	Sul Amazonense	Ciex Indústria	CIEX	
		Jutica Produtos da Amazônia	JUTICA	
		Abufari – Produtos Amazônicos	ABUFARI	
		Comércio de Cereais RR Ltda	RR CEREAIS	
VH Castanha da Amazônia	VH			

Continua...

Anexo 1. Continuação.

Estado	Natureza Jurídica	Mesorregião	Razão social	Sigla
Amapá	Associação	Sul do Amapá	Associação das Mulheres Agroextrativistas do Assentamento Maracá	AMAAM
			Associação Das Mulheres Moradoras Trabalhadoras da Cadeia de Produtos da Sociobiodiversidade No Alto Resex Cajari	AMOBIO
			Associação de Agronegócios Extrativistas das Comunidades do Maracá	ASECOM
			Associação de Mulheres do Alto Cajari	AMAC
			Associação dos Castanheiros Agroextrativistas do Médio e Alto Maracá	ACAEX
			Associação dos Moradores Agroextrativistas do Cajari	AMAEX-CA
			Associação dos Trabalhadores Agroextrativista do Maracá	ASTEX-MA
			Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas das Comunidades do Curuçá e Furo do Maracá	ASTEMAC
			Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Agroextrativistas da Região do Médio e Alto Rio Preto	AAMARP
			Estatuto da Cooperativa dos Produtores de Açai e Extrativistas de Calçoene	AÇAI SABOR
			Cooperativa dos Produtores Agroextrativistas da Ilha de Santana	AGROSSAN
			Cooperativa dos Produtores Extrativistas Florestais Agro Serrana	COOPEFAS
			Cooperativa Mista Agroextrativista dos Produtores do Vale do Jari	COOPERFLORA
Cooperativa	Sul do Amapá	Cooperativa Mista de Mulheres Extrativistas do Alto Cajari	COPEMAC	
		Cooperativa Mista dos Produtores e Extrativistas do Rio Iratapuru	COMARU	
		Cooperativa Mista dos Trabalhadores Agroextrativistas do Alto Cajari	COOPERALCA	
		Cooperativa Mista Extrativista Vegetal dos Agricultores de Laranjal do Jari	COMAJA	

Continua...

Anexo 1. Continuação.

Estado	Natureza jurídica	Mesorregião	Razão social	Sigla
Mato Grosso	Associação	Norte Mato-Grossense	Associação Comunitária da Aldeia Indígena Mayrob	ACAIM
			Associação de Coletores de Castanha do Brasil do PA Juruena	ACCPAJ
			Associação de Desenvolvimento Rural de Juruena	ADERJUR
			Associação de Mulheres Cantinho da Amazônia	AMCA
			Associação do Povo Indígena Cinta Larga	ETEREPUYA
			Associação do Povo Indígena Zoró Tangyfej	APIZ
			Associação dos Coletadores da Castanha-do-Brasil de Itaúba	ASCOCABI
			Associação dos Moradores Agroextrativista da RESEX Guariba Roosevelt Rio	AMORARR
			Associação dos Moradores Agroextrativista da Resex Guariba Roosevelt Rio	AMARR
			Associação Indígena Abanatsa	AIABA
			Associação Indígena Cinta Larga Nzapbija	NZAPBIJAJ
			Associação Indígena Kawaiwete	KAWAIWETE-KAYABI
			Associação Indígena Marupá	AIM
			Associação Indígena Pasapkareej	PASAPKAREEJ
			Associação Indígena Rikbaktsa Tsirik	TSIRIK
			Associação Regional de Apicultores da Amazônia Apiacaense	ARAPAMA
			Associação Rural Juinense Organizada para Ajuda Mútua	AJOPAM
Instituto Munduruku	INST MUNDURUKU			
Cooperativa Agropecuária de Coitriguaçu	COOPERCOTRI			
Cooperativa dos Agricultores do Vale do Amanhecer	COOPAVAM			
Cooperativa dos Agricultores Ecológicos do Portal da Amazônia	COOPERAGREPA			
Cooperativa dos Produtores Agropecuários da Região Norte do Mato Grosso	COOPERVIA			
Cooperativa dos Produtores Rurais para Ajuda Mútua	COOPROPAM			
Cooperativa Mista do Guariba	COMIGUA			

Continua...

Anexo 1. Continuação.

Estado	Natureza Jurídica	Mesorregião	Razão social	Sigla
Pará	Empresa Privada		Castanhaf Indústria e Comércio de Castanhas Ltda.	CASTANHAF
			Go Health Foods Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.	GHF
			Mais Castanhas Alimentos	MAIS CASTANHAS
			Castanhas Rainha da Floresta Ltda.	RAINHA
			RP Beneficiadora de Alimentos Ltda.	BR NUTS
			Associação Comunitária de Moradores Produtores Agroextrativistas de Surucuaá	AMPROSURT
			Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná	ARQMO
			Associação do Projeto de Assentamento de Desenvolvimento Sustentável PDS - Paraíso	APARAJ
			Associação dos Moradores Agroextrativista das Comunidades do Rio Paru	ASMACARU
			Associação dos Povos Indígenas Mapuera	APIM
	Associação dos Produtores Rurais, Extrativista e Pescadores Artesanais do Município de ALENQUER	ASPROEXPA		
	Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas do Alto Pacajá	ATAAP		
	Associação de Moradores e Produtores de Abacatal e Aurá	AMPQUA		
	Associação dos Moradores da Reserva Extrativista Aricoa-Pruanã	AMOREAP		
	Associação dos Produtores e Produtoras Rurais da Região de Água Doce do Município de Marapanim	ASPRORAD		
	Associação Floresta Protegida	AFP		
	Associação de Moradores da Reserva Extrativista do Médio Xingu	AMOMEX		
	Associação de Moradores da Reserva Extrativista do Riozinho do Anfrísio	AMORA		
	Associação dos Moradores da Reserva Extrativista Rio Irii	AMORERI		
	Associação Indígena Pyjahyry Xipayá	AIPHX		
	Instituto Kabu	KABU		
	Cooperativa Mista dos Povos e Comunidades Tradicionais da Calha Norte	COOPAFLOA		
	Cooperativa Agroindustrial e Extrativista das Mulheres do Município de Cametá	COOPMUC		

Continua...

Anexo 1. Continuação.

Estado	Natureza jurídica	Mesoregião	Razão social	Sigla
Pará	Cooperativa	Sudeste Paraense	Ba-Y Cooperativa Kayapó de Produtos da Floresta de Tucumã	COOBA-Y
			Cooperativa Alternativa Mista dos Pequenos Produtores do Alto Xingu	CAMPPIX
			Cooperativa dos Trabalhadores de Nova Ipixuna e Região	CORRENTÃO
	Cooperativa	Baixo Amazonas	Brilhante da Amazônia	BRILHANTE
			Caiba Indústria e Comércio S/A (1946)	CAIBA
			Exportadora Florenzano Ltda	FLORENZANO
			Mundial Exportadora Comercial Ltda	MUNDIAL
			Mutran Importadora e Exportadora de Alimentos Ltda.	MUTRAN
			Paratini Beneficiamento e Comercialização de Frutas Ltda.	PARATINI
			BMNuts Importadora e Exportadora de Castanhas Ltda.	BMNUTS
Rondônia	Associação	Leste Rondoniense	Associação dos Moradores da Reserva Maracatiara	ASMOREMA
			Associação dos Seringueiros de Machadinho	ASM
			Associação Indígena Doá Txató	DOÁ TXAO
			Associação Karo Pay Gap	KARO PAY GAP
			Associação Metareliá	GAMEBEY
			Associação dos Moradores da Reserva Maracatiara	ASMOREMA
			Associação Soenama do Povo Indígena Palter Suruí	SOENAMA
			Associação Zavidijaj Djiuhr	ASSIZA
			Coordenação das Organizações Indígenas do Povo Cinta Larga	PATJAMAAJ

Continua...

Anexo 1. Continuação.

Estado	Natureza jurídica	Mesorregião	Razão social	Sigla
Rondônia	Cooperativa	Madeira-Guaporé	Associação Arte-Castanha de São Carlos e Cuniã	ARTE CASTANHA
			Associação dos Moradores da Reserva Extrativista do Lago do Cuniã	ASMUCUN
			Associação dos Seringueiros Agroextrativistas do Baixo Rio Ouro Preto	ASAEX
			Associação dos Seringueiros de Primavera	ASP
			Associação dos seringueiros do Rio Ouro Preto	ASROP
			Associação dos Seringueiros do Vale do Guaporé	AGUAPÉ
			Coordenação Nacional de Articulação de Comunidades Negras Rurais Quilombolas	CONAQ
			Organização dos Seringueiros de Rondônia	OSR
			Cooperativa das Comunidades Extrativistas do Vale do Anari	COOPEX
			Cooperativa de Produção e Desenvolvimento do Povo Indígena Paiter-Surui	COOPAITER
			Cooperativa de Produtores rurais organizados para a Ajuda Mútua	COOCARAM
			Cooperativa de Produtores Rurais Vale do Guaporé	COOPERVAGS
			Cooperativa dos Extrativistas da Floresta de Rondônia Ltda.	COOPFLORA
			Cooperativa dos Extrativistas da Reserva Rio Preto Jacundá	COOPEREX
Cooperativa dos Produtores Florestais Comunitários	COOPERFLORESTA			
Roraima	Associação	Sul de Roraima	Conselho das Associações e Cooperativas do Médio e Baixo Madeira	CONACOBAM
			Cooperativa Agropecuária e Florestal do Projeto RECA	COOPER RECA
			Cooperativa de Agroextrativistas do Médio e Baixo Madeira	COOMADE
			Cooperativa dos Extrativistas do Município de Guajará-Mirim	VIDA NOVA
			Castanhas Rondônia	CASTANHAS RO
			Inovam Brasil Importacao e Exportacao Ltda	INOVAM
			Associação do Povo Indígena Wai Xaary	APIWX
			Associação do Povo Indígena Wai-Wai	APIW
			Associação Indígena Wai Wai da Amazônia	AIWA
			Hlutukara Associação Yanomami	HAY

Anexo 2. Principais prestadores de serviço, organismos de cooperação e instituições reguladoras na Amazônia Legal atuantes na cadeia da castanha-da-amazônia entre os anos de 2015-2020.

Acre		Amapá	
Prestadores de Serviço e Organismos de Cooperação		Prestadores de Serviço e Organismos de Cooperação	
Governo		Governo	
Nacional	Nacional	Nacional	Nacional
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio	Banco da Amazônia	Banco da Amazônia	
Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa	
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa	Universidade Federal do Acre – UFAC	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio	
Universidade Federal do Acre – UFAC	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE	Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA	
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE	Estadual	Fundação Banco do Brasil	
Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Acre – SEMA/AC		Fundo Amazônia	
Secretaria de Produção Familiar – SEAPROF		Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE	
Instituto Federal do Acre – IFAC		Estadual	
		Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá – RURAP	
Municipal		Agência de Pesca do Estado do Amapá – PESCAP/AP	
Prefeitura (Sena Madureira)		Municipal	
		Prefeituras (Mazagão e Macapá)	
		Empresas privadas	
ONG/OSCIPI			
Instituto de Pesquisas Ecológicas – IPÊ			
WWF-Brasil			
		Terceiro Setor	
Organizações de classe e comunitárias			
Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Acre – Cooperacre		ONG/OSCIPI	
Cooperativa dos Produtores Florestais Comunitários – Cooperafloresta		Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola – Imafloira	
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri – STRX		Organizações de classe e comunitárias	
		Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas do Assentamento Maracá - ASTEX/MA	
		Conselho Nacional das Populações Extrativistas – CNS	
		Organização das Cooperativas do Estado do Amapá – OCB/AP	
		Sindicatos dos Trabalhadores Rurais	
		Instituições Reguladoras	
		Agência de Defesa e Inspeção Agropecuária do Amapá – DIAGRO/AP	

Continua...

Anexo 2. Continuação.

Amazonas		
Prestadores de Serviço e Organismos de Cooperação		Terceiro setor
Nacional	Governo	ONG/OSICIP
Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB		Conservação Estratégica – CSF
Fundação Nacional do Índio - FUNAI		Equipe de Conservação da Amazônia- ECAM
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio		Fundação Amazônia Sustentável - FAS
Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA		Fundação Vitória Amazônica – FVA
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE		Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas - IDESAM
Serviço Florestal Brasileiro – SFB		Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá
Universidade Federal do Amazonas - UFAM		Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola – Imafiora
Estadual		Instituto Desenvolver
Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas – IDAM		Instituto Fonte Boa
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM		Instituto Internacional de Educação do Brasil – IEB
Secretaria de Estado da Produção Rural – SEPROR/AM		Instituto Plegaçu-Purus – IPI
Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino – SEDUC/AM		Instituto Socioambiental – ISA
Secretaria Estadual de Meio Ambiente – SEMA/AM		Operação Amazônia Nativa – OPAN
Universidade do Estado do Amazonas - UEA		WWF – Brasil
Municipal		Organizações de classe e comunitárias
Prefeitura Municipal (Boca do Acre, Lábrea, Tefé)		Central das Associações Agroextrativistas de Democracia – CAAD
Internacional		Colônia de Pescadores Z-59
Agência Alemã de Cooperação Internacional – GIZ		Comissão Pastoral da Terra – CPT/AM
Associazione Amazônia - ONLUS		Conselho Nacional dos Extrativistas – CNS
Empresas privadas		Federação das Organizações e Comunidades Indígenas do Médio Purus – FOCIMP
Fundo Vale		Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro – FOIRN
Museu da Amazônia - MUSA		Memorial Chico Mendes
		Organização Baniwa e Koriipako – NADZOERI
		Instituições Reguladoras
		Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM

Continua...

Anexo 2. Continuação.

Mato Grosso	
Prestadores de Serviço e Organismos de Cooperação	Prestadores de Serviço e Organismos de Cooperação
Governo	Empresas privadas
Nacional	Natura
Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB	ONF Brasil
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa	Petrobras
Fundação Nacional do Índio - FUNAI	Terceiro setor
Fundo Amazônia	ONG/OSCIPI
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA	Instituto Centro de Vida – ICV
Ministério Público – MP	Operação Amazônia Nativa – OPAN
Secretaria Especial de Saúde Indígena – SESAI	Projeto Pacto das Águas
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE	Organizações de classe e comunitárias
Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT	Associação de Desenvolvimento Rural de Juruena – ADEJUR
Estadual	Associação dos Moradores Agroextrativista da RESEX Guariba Roosevelt Rio Guariba – AMORARR
Casa Civil - MT	Associação dos Moradores Agroextrativista da Resex Guariba Roosevelt Rio Roosevelt – AMARR
Empresa Matogrossense de Pesquisa Assistência e Extensão Rural - EMPAER/MT	Cooperativa de Agricultores do Vale do Amanhecer – COOPAVAM
Fundação Uniselva	Cooperativa Mista do Guariba – COMIGUA
Museu do Vale do Arinos	Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR
Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso – SEDUC/MT	
Secretaria Estadual de Cultura do Estado do Mato Grosso – SEC/MT	
Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR/MT	
Universidade do Estado de Mato Grosso – UNIMAT	
Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA/MT	
Municipal	
Prefeitura Municipal (Aripuanã, Cotriguaçu, Juína, Juruena)	

Continua...

Anexo 2. Continuação.

Pará	
Prestadores de Serviço e Organismos de Cooperação	
Nacional	Municipal
	Secretaria Municipal de Agricultura de Alenquer - SEMAGRI
Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB	Secretaria Municipal de Meio Ambiente em Alenquer – SEMMA
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa	Internacional
Fundação Banco do Brasil	Agência Alemã de Cooperação Internacional – GIZ
Fundação Nacional do Índio - FUNAI	Environmental Defense Fund – EDF
Fundo Dema	International Conservation Fund of Canadá – ICFC
Fundo Socioambiental Caixa	Empresas privadas
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio	Fundação Jari
Ministério Público Federal – MPF	Fundação Moore
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE	Terceiro setor
Estadual	ONG/OSCIP
Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC	Comissão Pro-Índio de São Paulo – CPI
Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER/PA	Conservation International – CI
Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará - IDEFLOR-Bio	Equipe de Conservação da Amazônia - ECAM
Ministério Público de Altamira	Fundação Viver Produzir e Preservar – FVPP
Secretaria de Estado de Educação – SEDUC/PA	Instituto de Avaliação Pesquisa
Secretaria Estadual de Assistência Social – SEAS/PA	Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola – Imafloira
Universidade Estadual do Pará em Marabá – UEPA	Instituto de Pesquisa e Formação Indígena – IEPÉ
Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA	Instituto Socioambiental – ISA
Universidade Federal do Pará – UFPA	Programas e Projetos Socioambientais - IA
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA	The Nature Conservancy – TNC

Continua...

Anexo 2. Continuação.

Pará	
Organizações de classe e comunitárias	
Associação Floresta Protegida – AFP	
Associação Paraense de Apoio às Comunidades Carentes – APACC.	
Associação Unidade e Cooperação para o Desenvolvimento dos Povos – UCODEP	
Centro de Estudo e Defesa do Negro – CEDENPA	
Cooperativa dos Agricultores da Região de Tailândia – CART	
Cooperativa Mista da FLONA Tapajós – COOMFLONA	
Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará – MALUNGU	
Internacional	Instituições Reguladoras
Agência Alemã de Cooperação Internacional – GIZ	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais – IBAMA
Environmental Defense Fund – EDF	Superintendência Federal do Pará do Ministério da Agricultura e Pecuária e Abastecimento – MAPA/PA
International Conservation Fund of Canadá – ICFC	
Roraima	
Prestadores de Serviço e Organismos de Cooperação	
Nacional	Nacional
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa
Fundação Nacional do Índio - FUNAI	Fundação Nacional do Índio - FUNAI
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE
Fundo Amazônia	Internacional
Estadual	Embaixada Real da Noruega
Superintendência Estadual de Assuntos Estratégicos - SEAE/RO	Rainforest Foundation da Noruega

Continua...

Anexo 2. Continuação.

Rondônia		Roraima	
Prestadores de Serviço e Organismos de Cooperação		Prestadores de Serviço e Organismos de Cooperação	
Secretaria de Estado de Agricultura Pecuária Desenvolvimento e Regularização Fundiária – SEAGRI/RO		Empresas privadas	
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental – SEDAM/RO	Wickbold		
Universidade Federal de Rondônia – UNIR	Galeria Vermelho		
Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER/RO e EMATER/MG		Terceiro setor	
Municipal		ONG/OSCIPI	
Secretaria Municipal de Agricultura de Guajará-Mirim	Instituto Socioambiental - ISA		
Câmara de Vereadores de Ji-Paraná	Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola – Imaflo		
Internacional		Organizações de classe e comunitárias	
Natura		Instituições Reguladoras	
Petrobras		Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA	
ONG/OSCIPI			
Pacto das Águas			
Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola – Imaflo			
Equipe de Conservação da Amazônia – ECAM			
Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé			
Conservação Estratégica – CSF			
Núcleo de Apoio a População Ribeirinha da Amazônia – NAPRA			
Centro de Estudos da Cultura e do Meio Ambiente da Amazônia – Rioterapia			
Conselho de Missão entre Povos Indígenas – COMIN			
Ecoporé			

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Anexo 3. Principais áreas de produção organizada de castanha-da-amazônia mapeadas durante os anos de 2015-2020.

Estado	Tipo	Nome	Estado	Tipo	Nome					
Acre	Projeto de Assentamento	PAE Barreiro	Mato Grosso	Projeto de Assentamento	PA Juruena					
		PAE Canary			PA Vale do Amanhecer					
		PAE Chico Mendes			PI Aripuanã					
		PAE Equador			PI do Xingu					
		PAE Limoeiro			TI Apiaká-Kayabi					
		PAE Porto Dias			TI Arara do Rio Branco					
		PAE Porto Rico			TI Aripuanã					
		PAE Remanso			TI Batovi					
		PAE Santa Quitéria			TI Capot/ Jarina					
	Unidade de Conservação	RESEX Cazumbá/Iracema		TI Escondido						
RESEX Chico Mendes		TI Japuira								
Amapá	Projeto de Assentamento	PA Maracá	Mato Grosso	Terra Indígena	TI Kawahiva do Rio Pardo					
		RDS do Rio Iratapuru			TI Paraná					
	Unidade de Conservação	RESEX Cajari			TI Roosevelt					
TI Apurinã km-124		TI Serra Morena								
Amazonas	Terra Indígena	TI Ariramba			Mato Grosso	Terra Indígena	TI Sete de Setembro			
		TI Caititu					TI Zoró			
		TI Itxi Mitare					Unidade de Conservação	RESEX Guariba-Roosevelt		
		TI Lago Capanã						Pará	Projeto de Assentamento	PA Camburão I
		TI Nhamunda-Mapuera								PA Camburão II
		TI Paumari								PA Casarão
		TI Pinaatuba	PA Curumu							
		TI Pirarã	PA Fortaleza							
		TI Tenharim do Igarapé Preto	PA Grovão do Severino							
		TI Tenharim/Marmelos	PA João Vaz							
	TI Torá	PA Lago Azul								
	Unidade de Conservação	FLONA Balata-Tufari	PA Miriti							
		FLONA Humaitá	PA Novo Horizonte							
		FLONA Tefé	PA Tocantins							
		PARNA do Jaú	PAE Praia Alta Piranheira							
RDS Amanã		PDS Paraíso								

Continua...

Anexo 3. Continuação.

Estado	Tipo	Nome	Estado	Tipo	Nome
Amazonas	Unidade de Conservação	RDS Piagaçu-Purus	Pará	Terra Indígena	TI Apyteréwa
		RDS Rio Amapá			TI Arara Cachoeira Seca
		RDS Rio Madeira			TI Baú
		RESEX Rio Unini			TI Curuaia
		RESEX Arapixi			TI Kayapó
		RESEX Auati – Paraná			TI Las Casas
		RESEX do Rio Unini			TI Mãe Maria
		RESEX Ituxi			TI Mekrãgnotire
		RESEX Lago do Capanã Grande			TI Sororó
		RESEX Médio Purus			TI Trincheira/Bacajá
					TI Trombetas Mapuera
					TI Xikrin do Cateté
		TI Xipaya			
Pará	Território Quilombola	TQ Abacatal	Rondônia	Unidade de Conservação	ESEC de Cuniã
		TQ Alto Trombetas I			FLONA de Jacundá
		TQ Alto Trombetas II			FLONA do Jamari
		TQ Erepecuru			PARNA Serra da Cutia
		TQ Trombetas			RESEX Maçaranduba
	Unidade de Conservação	EE do Jarí			RESEX Mogno
		FLONA Saraquá-Taquera			RESEX Aquariquera
		FLOTA do Parú			RESEX Barreiro das Antas
		RESEX Arioca-Pruaná			RESEX Castanheira
		RESEX Ipaú-Anilzinho			RESEX Freijó
		RESEX Iriri			RESEX Garrote
		RESEX Mapuá			RESEX Itauba
		RESEX Riozinho do Anfrísio			RESEX Lago do Cuniã
		RESEX Tapajós-Arapiuns			RESEX Maracatiara
		RESEX Verde para Sempre			RESEX Ouro Preto
		RVS Metrópole da Amazônia			RESEX Pacaás Novos

Continua...

Anexo 3. Continuação.

Estado	Tipo	Nome	Estado	Tipo	Nome
		RVS Metrópole da Amazônia			RESEX Pacaás Novos
Rondônia	Terra Indígena	PI Aripuanã	Rondônia	Unidade de Conservação	RESEX Pedras Negras
		TI Aripunã			RESEX Piquiá
		TI Igarapé Laje			RESEX Rio Cautário
		TI Igarapé Lourdes			RESEX Rio Cautário
		TI Igarapé Ribeirão			RESEX Rio Preto-Jacundá
		TI Karipuna			RESEX Roxinho
		TI Karitiana			RESEX Seringueira
		TI Pacaá-Novas			RESEX Sucupira
		TI Rio Branco			TI Jacamim
		TI Rio Guaporé			TI Trombeta-Mapuera
		TI Rio Negro Ocaia			TI Wai Wai
		TI Roosevelt			TI Yanomami
		TI Sagarana			
		TI Serra Morena			
	TI Sete de Setembro				
	TI Uru-Eu-Wau-Wau				
	Território Quilombola	TQ Forte Príncipe da Beira			
		TQ Pedras Negras			